



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO  
DE PREVIDÊNCIA**

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: [secex-previdencia@tce.mt.gov.br](mailto:secex-previdencia@tce.mt.gov.br)

PROCESSO:	251178-2020
PRINCIPAL:	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ITIQUEIRA
GESTOR:	GLENIO FABIO VIEIRA FERNANDES
ASSUNTO:	APOSENTADORIA/REFORMA/RESERVAS
INTERESSADO:	LUIZA MARIA DE OLIVEIRA
RELATOR:	VALTER ALBANO
EQUIPE TÉCNICA:	CIBELE MESQUITA BORBA SILVA
NÚMERO DA O.S.	3779/2021

APLIC/ControlP



## **SUMÁRIO**

<b>1. Introdução</b>	<b>1</b>
<b>2. Análise Técnica</b>	<b>1</b>
<b>3. Conclusão</b>	<b>2</b>



## 1. Introdução

Senhor Secretário,

Em atendimento ao disposto no artigo 71, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, e no artigo 47, inciso III, da Constituição do Estado de Mato Grosso, bem como nos artigos 29, inciso XXV, e 197 da Resolução Normativa nº 14, de 2 de outubro de 2007, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, apresenta-se o Relatório Técnico Simplificado visando apreciar de forma célere e dinâmica as concessões de benefícios previdenciários, por meio da validação dos dados estruturados enviados ao Sistema Aplic.

## 2. Análise Técnica

A análise técnica do cumprimento dos requisitos constitucionais da aposentadoria e da legalidade da planilha está prejudicada, devido a necessidade de esclarecimento acerca do fundamento do Ato Aposentatório, especialmente o fundamento introduzido pela EC 103/2019, pois, em análise à Lei Municipal EC n. n.1.093/2020, constata-se que a mesma passou a vigorar somente a partir de publicação da mesma, o que ocorreu em junho de 2020.

Além disso, o Laudo Médico necessita ser complementado, uma vez que o campo "INÍCIO DA INCAPACIDADE" não foi preenchido corretamente, pois consta somente o ano de 2019. Assim, caso seja possível estimar a data de início da incapacidade, as regras que fundamentam o Ato aposentatório devem ser as vigentes na data do início da invalidez.

### 1) ATO APOSENTATÓRIO

Seja esclarecido os fundamentos da Portaria n. 307/2020, uma vez que o laudo médico não traz a data completa do início da incapacidade. LB15.

#### Dispositivo Normativo:

.

1.1) *Seja esclarecido os fundamentos da Portaria n. 307/2020. - LB15*

### 2) COMPLEMENTO DO LAUDO MÉDICO

O laudo médico atesta que a servidora está inapta ao serviço, porém o campo referente ao início da incapacidade não foi preenchido corretamente, necessitando a complementação o dia e mês da incapacidade. LB15.

#### Dispositivo Normativo:

.



2.1) *Seja complementado o laudo médico, a fim de relatar, se possível, a data do início da incapacidade - LB15*

### 3. Conclusão

Assim sendo, sugere-se em conformidade com os artigos 139 e 256, da Resolução 14/2007, e ao artigo 2º da Lei Complementar 269/2007, para em obediência a garantia do contraditório e ampla defesa, consagrada pelo artigo 5º, inciso LV da CF/88, a fim de que possa prestar esclarecimentos, sob pena de ser denegado o registro, acerca do seguinte achado para a CITAÇÃO do(s)/ da(s):

**GLENIO FABIO VIEIRA FERNANDES** - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

**1) LB15 RPPS\_GRAVE\_15.** Ocorrência de irregularidades no processo de concessão de benefícios previdenciários (Legislação do MPS; legislação específica do ente).

1.1) *Seja esclarecido os fundamentos da Portaria n. 307/2020. - Tópico - 2. Análise Técnica*

1.2) *Seja complementado o laudo médico, a fim de relatar, se possível, a data do início da incapacidade - Tópico - 2. Análise Técnica*

Em Cuiabá-MT, 24 de Junho de 2021.

---

CIBELE MESQUITA BORBA SILVA  
TECNICO DE CONTROLE PÚBLICO EXTERNO  
COORDENADORA DA EQUIPE TÉCNICA